

Começa a batalha judicial contra Belo Sun

Categories : [Notícias](#)

O maior projeto de mineração de ouro no país ganhou, na quinta-feira passada (02), o aval da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará para se instalar no Rio Xingu. Vizinha à Belo Monte, o projeto de Volta Grande de Mineração, da companhia canadense Belo Sun, também segue os rumos da hidrelétrica em ter o licenciamento paralisado várias vezes por ignorar órgãos que respondem pelos atingidos. Assim como a vizinha, Belo Sun é um empreendimento gigantesco com impactos ambientais e sociais superlativos. Assim como a vizinha, Belo Sun também ignorou o impacto sob os povos indígenas.

A [licença de instalação](#) dada pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará ignorou um parecer técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai), que considerou o estudo de impacto ambiental apresentado pelo empreendimento inapto, por não apresentar, sequer, informações sobre terras indígenas localizadas próximas do local de mineração. O órgão entrará na Justiça contra o empreendimento e a Semas, conforme noticiado hoje pelo [Estadão](#). No licenciamento ambiental, o órgão licenciador é obrigado a ouvir os pareceres de outros “órgãos envolvidos”, como Funai (quando o empreendimento afeta Terras Indígenas), ICMBio (quando afeta Unidades de Conservação federais) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (quando afeta sítios arqueológicos).

O Ministério Público Federal (MPF) enviou à Secretaria de Meio Ambiente do Pará uma [recomendação](#) contra a medida.

Belo Sun terá 12 anos de funcionamento, a partir da obtenção da licença de operação, e mais 8 anos de monitoramento até ser devidamente desativada. Ganhos econômicos para uma região paupérrima normalmente é a justificativa número um para a concessão de licenças e com Belo Sun não foi diferente. [Em nota](#), a Secretaria de Meio Ambiente do Pará apontou a criação de empregos durante a implementação do projeto (até 2 mil empregos diretos) e o funcionamento da mina (cerca de 580 empregos) como um dos principais motivos para dizer sim para o projeto.

Em maio de 2013, ((o))eco publicou uma reportagem de [Elizabeth Oliveira e Victor Moriyama](#), que analisou os riscos e incertezas em torno do projeto que está a aproximadamente 10 km de distância da barragem de Belo Monte.

Licenciamento congelado na Justiça

Em 2014, a Justiça Federal havia congelado o licenciamento ambiental do empreendimento, determinando a realização da consulta prévia aos indígenas. Dois anos depois, embora a Semas afirma que tenha sido realizado “1.200 moradores dos municípios de Senador José Porfírio,

Altamira e comunidades das Vilas da Ressaca, Galo, Ilha da Fazenda e Itata, todos na região Xingu”, a questão dos impactos aos índios continuou a ser ignorada.

Leia Também

<http://www.oeco.org.br/noticias/28446-belo-sun-justica-mantem-decisao-e-anula-licenca-ambiental/>

<http://www.oeco.org.br/noticias/27787-justica-suspende-licenciamento-de-belo-sun/>

<http://www.oeco.org.br/reportagens/27119-a-outra-belo-que-esta-se-instalando-a-beira-do-rio-xingu/>